

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta Dissertação será disponibilizado somente a partir de 16/04/2023.

UNESP  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP**

ROSIMEIRE BISPO PALMAS DA SILVA

**JOGOS COOPERATIVOS: UM
ESTUDO DE VIABILIDADE PARA A
EDUCAÇÃO SEXUAL DE
ADOLESCENTES EM CONFLITO
COM A LEI**



ARARAQUARA – SP

2021

ROSIMEIRE BISPO PALMAS DA SILVA

**JOGOS COOPERATIVOS: UM
ESTUDO DE VIABILIDADE PARA A
EDUCAÇÃO SEXUAL DE
ADOLESCENTES EM CONFLITO
COM A LEI**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa:
Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Tadeu Reina

ARARAQUARA – SP

2021

S586j

Silva, Rosimeire Bispo Palmas da

Jogos cooperativos : um estudo de viabilidade para a educação sexual de adolescentes em conflitos com a lei / Rosimeire Bispo Palmas da Silva. -- Araraquara, 2021

146 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientador: Fabio Tadeu Reina

1. Jogos cooperativos. 2. Educação sexual. 3. Adolescentes. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ROSIMEIRE BISPO PALMAS DA SILVA

JOGOS COOPERATIVOS: UM ESTUDO DE VIABILIDADE PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Sexual. Exemplar apresentado para exame de defesa.

Linha de pesquisa:
Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Tadeu Reina

Data da defesa: 16/04/2021

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Fabio Tadeu Reina
Universidade Estadual Paulista

Membro Titular: Prof^ª Dr^ª Luci Muzzeti
Universidade Estadual Paulista

Membro Titular: Prof. Dr. José Henrique Mazon
UNIP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico esta pesquisa a todas as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no Brasil e aos educadores que dedicam as suas vidas para melhorar a vida dessas pessoas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, ao meu orientador Dr. Fabio Tadeu Reina. ao Professor Dr. Vagner Custódio, ao Professor Dr. José Henrique Mazon, e a professora Dr^a Luci Muzzeti e Edilaine Camilo obrigada por poderem contribuir positivamente pelo meu crescimento acadêmico e profissional. Agradeço também a minha filha Myrian, a minha família, aos companheir@s de mestrado, aos professores do programa de educação sexual, aos professores participantes, a Univesp, e a todas as pessoas que me apoiaram nessa pesquisa nesses anos de companheirismo, amor e amizade.

“Isto é um sonho, bem sei, mas quero continuar a sonhar.”

Friedrich Nietzsche

Resumo

Adolescentes em conflito com a lei ou popularmente rotulados de menores infratores tem sido um grave problema de segurança pública, educação, saúde, e assistência social no Brasil. Nessa perspectiva, buscando contribuir para melhoria dessas situações, o objetivo desse trabalho foi por meio de jogos cooperativos desenvolverem conteúdos de educação sexual para essa população, e com isso colaborar na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, abusos e violência sexual visto que muitos deles devido ao contexto social que lhes envolvem podem estar mais vulneráveis a situações de relações sexuais sem proteção, ou sofrer e praticar estupros. Para isso, foi idealizado um programa de atividades que foi apresentada para sete professores de educação física que trabalham com esse público, tanto na Fundação CASA, como em escolas de referência onde possuem pessoas cumprindo medidas sócio educativas. Sendo que por meio de um questionário eletrônico, pretendeu-se diagnosticar a viabilidade e aplicabilidade desse programa, sendo que os resultados apontaram que os jogos cooperativos adaptados à temática da educação sexual podem ser aplicados nas instituições supracitadas e possivelmente melhorar os níveis de conhecimento e os comportamentos sobre as questões levantadas nas atividades.

Palavras-chave: Jogos cooperativos. Educação Sexual. Adolescentes.

Abstract

Adolescents in conflict with the law or popularly labeled juvenile offenders have been a serious problem of public safety, education, health, and social assistance in Brazil. In this perspective, seeking to contribute to the improvement of these situations, the objective of this work was, through cooperative games, to develop sexual education contents for this population, and thereby collaborate in the prevention of sexually transmitted diseases, early pregnancy, abuse and sexual violence since many due to the social context that surrounds them, they may be more vulnerable to situations of unprotected sex, or suffer and practice rape. To this end, an activity program was devised that was presented to seven physical education teachers who work with this audience, both at the CASA Foundation, as well as in reference schools where they have people fulfilling socio-educational measures. Being that through an electronic questionnaire, it was intended to diagnose the feasibility and applicability of this program, and the results showed that cooperative games adapted to the theme of sex education can be applied in the aforementioned institutions and possibly improve levels of knowledge and knowledge. behaviors on the issues raised in the activities.

Keywords: Cooperative games. Sexual Education. Teens.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ACNUR	Agência da ONU para Refugiados
CEU	Centro Educacional Unificado da Prefeitura de São Paulo
CNE	Conselho Nacional de Educação
COVID 19	Doença do Coronavírus
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Fundação CASA	Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
HIV	Vírus da imunodeficiência humana
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU Mulheres	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PMA	Programa Alimentar Mundial
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QI	Quociente de Inteligência
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Nascidos vivos em 2017 de mulheres até 19 anos de idade segundo as regiões do Brasil.	38
Quadro 2 – Texto “Tênis ou Frescobol” de Rubem Alves	48
Quadro 3 – Respostas individuais sobre a idade dos professores participantes da pesquisa.	50
Quadro 4 – Gráfico sobre o perfil de idade dos professores participantes da pesquisa.	51
Quadro 5 - Perfil de formação dos professores participantes da pesquisa.	51
Quadro 6 - Perfil do local de formação dos professores participantes da pesquisa.	52
Quadro 7 – Respostas individuais referentes ao ano de formatura dos professores participantes da pesquisa.	53
Quadro 8 – Gráfico referente ao perfil do grupo sobre o ano de formatura dos professores participantes.	54
Quadro 9 – Respostas individuais dos participantes da pesquisa acerca da formação em pós-graduação.	55
Quadro 10 – Gráfico sobre o perfil dos participantes da pesquisa acerca da formação em pós-graduação.	56
Quadro 11 - Perfil de tempo de atuação na instituição dos professores participantes da pesquisa.	56
Quadro 12 – Exemplo de abordagem aos sujeitos para o convite para participação na pesquisa.	59
Quadro 13 – Respostas individuais dos participantes quanto ao número de adolescentes em conflito com a lei atendidos atualmente.	65

Quadro 14 – Respostas individuais dos participantes sobre a concordância do ensino da educação sexual na instituição.	66
Quadro 15 – Gráfico das respostas individuais dos participantes sobre a concordância do ensino da educação sexual na instituição.	65
Quadro 16 – Respostas individuais dos participantes sobre situações adversas envolvendo a sexualidade em sua prática profissional.	65
Quadro 17 – Gráfico sobre a ocorrência das atitudes adversas presenciadas pelos respondentes.	69
Quadro 18 – Respostas individuais dos participantes sobre a atuação profissional perante situações adversas envolvendo a sexualidade em sua prática profissional.	71
Quadro 19 – Gráfico sobre as formas de atuação profissional perante as atitudes adversas presenciadas pelos respondentes.	74
Quadro 20 – Respostas individuais sobre a presença de ações da instituição para evitar situações adversas que envolvam a sexualidade.	75
Quadro 21 – Gráfico representando as Respostas individuais sobre a presença de ações da instituição para evitar situações adversas que envolvam a sexualidade.	76
Quadro 22 – Respostas individuais binárias (sim ou não) para diminuição de problemas envolvendo a sexualidade de adolescentes em conflito com a lei, por meio da Educação Física.	77
Quadro 23 – Respostas individuais binárias (sim ou não) acerca do conhecimento dos jogos cooperativos.	78
Quadro 24 – Respostas individuais binárias (sim ou não) sobre se os jogos cooperativos podem trabalhar a educação sexual de adolescentes em conflito com a lei nas atividades de educação física.	79
Quadro 25 – Respostas individuais justificadas, sobre a efetividade da proposta dessa dissertação.	80

- Quadro 26** – Respostas individuais binárias (sim ou não) sobre a viabilidade da proposta dessa dissertação em sua instituição. **81**
- Quadro 27** – Respostas individuais binárias (sim ou não) sobre o conforto em aplicar essa proposta em sua instituição. **82**
- Quadro 28** – gráfico sobre as respostas individuais binárias (sim ou não) sobre o conforto em aplicar essa proposta em sua instituição. **83**
- Quadro 29** – Respostas individuais binárias (sim ou não) sobre o apoio da direção da instituição para a aplicação prática dessa proposta. **84**
- Quadro 30** – Gráfico das Respostas individuais binárias (sim ou não) sobre o apoio da direção da instituição para a aplicação prática dessa proposta. **85**
- Quadro 31** – Respostas individuais sobre sugestões para melhoria da proposta de atividades dessa dissertação. **86**
- Quadro 32** – Gráfico sobre a ocorrência das respostas de sugestões para melhoria da proposta de atividades dessa dissertação. **87**
- Quadro 33** – Respostas individuais sobre críticas da proposta de atividades dessa dissertação. **90**
- Quadro 34** – Gráfico sobre a ocorrência das críticas da proposta de atividades dessa dissertação. **91**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1 INTRODUÇÃO	17
2 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	22
2.1 Fatores de risco e de proteção para os adolescentes	25
2.1.1 Fatores de risco	26
2.1.2 Fatores de proteção	29
3 EDUCAÇÃO SEXUAL	33
3.1. Educação Sexual na adolescência	34
3.1.1 Gravidez Precoce	37
3.1.2 Infecções Sexualmente transmissíveis ISTs e a AIDS	40
3.1.3 Comportamento sexual de abuso sexual na adolescência	41
4 JOGOS COOPERATIVOS	43
5 MÉTODO	49
5.1. Tipo de pesquisa	49
5.2 Participantes da Pesquisa	49
5.3 Procedimentos	57
5.4 Análises das informações	63
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	64
6.1 Primeira seção	64
6.2 Segunda seção	76
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICE	110
ANEXO 1	112

APRESENTAÇÃO

A escolha do tema educação sexual vem pelo interesse da autora que vivenciou uma situação de gravidez na adolescência por falta de orientação tanto da escola quanto da família, o que dificultou muito a sua vida sendo que somente aos 33 anos ela conseguiu terminar a graduação em Educação Física. Nesse período, mas especificamente no ano de 2015 a autora trabalhou como cuidadora na Casa Abrigo do município de Rosana- SP onde ela vivenciou ou soube por meios formais e informais de muitas situações de abuso sexual, estupros e de sexo sem proteção dentre os adolescentes.

Por meio dessa vivencia, que surgiu a ideia de se desenvolver uma estratégia para melhorar essas situações, e conforme a formação profissional da autora e a sua familiaridade na graduação com o tema, e também a frequência enquanto aluna nas disciplinas do programa de mestrado em educação sexual – UNESP - Araraquara, as atividades escolhidas foram os jogos cooperativos difundidos inicialmente no Brasil por (Brotto, 1999), e que atualmente são utilizados usualmente tanto na Educação Física como também na Administração de Recursos Humanos como em dinâmica de grupo por exemplo.

Porém, para a realização do mestrado, necessitou um aprofundamento nos jogos cooperativos, pois em minha graduação o tema foi pouco desenvolvido nas disciplinas. Sendo que pesquisei (Orlick, 1989), (Brown, 1994) e (Brotto,1997), que descreveram problemas vivenciados na Educação Física, como competitividade exacerbada, diversas formas de violência, falta de respeito e resiliência, excesso de individualismo e segregação e exclusão. Nesse contexto pensei que esses Jogos poderiam melhorar os

problemas que envolvem a falta de educação sexual com grupos estigmatizados, e aí pensei em trabalhar com adolescentes em conflito com a lei, podendo proporcionar a essas pessoas situações acolhedoras e inclusivas.

Dessa forma elaborei essa dissertação visando contribuir para melhoria das situações de gravidez na adolescência, infecção por doenças sexualmente transmissíveis e abusos sexuais.

O interessante dos jogos cooperativos são que eles exacerbam a colaboração entre os participantes e minimizam a competição, podendo dessa forma ser um método eficaz para trabalhar conceitos como os da educação sexual.

Segundo o Professor Paulo Rennes (Ribeiro, 1990) em seu clássico livro “educação sexual além da informação” podem justificar a implementação dessa estratégia de ensino, pois afirmam que a educação sexual necessita de atitudes praticas que possam significar os conteúdos, ou seja, que possam ir além da simples informação.

Outro autor que justifica a viabilização desse trabalho é o professor João Batista (Freire, 1989) em seu célebre livro “Educação de corpo inteiro” que faz uma crítica á escola tradicional que não desenvolve a corporeidade das pessoas e também faz uma critica a educação física escolar que não desenvolve conteúdos diferenciados sendo que geralmente se prende a situações esportivas.

Para isso, penso que a percepção dos professores de Educação Física que trabalham com esse público permite compreender os limites e as possibilidades de ensino de educação sexual por meio dos jogos cooperativos, no que se refere à aprendizagem de conceitos e valores, pois esses jogos fazem parte dos conteúdos desenvolvidos por eles, logo sua experiência é fundamental para entender este contexto.

Mediante as considerações desses autores supracitados esse trabalho mostra uma autenticidade em suas ações educacionais o que pode trazer uma proposta diferente para a educação física e alternativa para a educação sexual que muitas vezes não consegue abordar os seus temas de maneira eficaz.

1 INTRODUÇÃO

As mídias em vários formatos têm noticiado rotineiramente situações de violência, e em muitas dessas ocorrências adolescentes aparecem como autores.

Segundo (Soares Filho, Duarte, & Merchan-Hamann, 2020). Em 2015, o Brasil teve 61.237 mortes por homicídio, ou seja, 27,8 por 100 mil habitantes. Predominando ocorrências por armas de fogo em vias públicas principalmente nas periferias das grandes cidades sendo o tráfico de drogas o principal fator para essa situação.

“Tem sido descrito um círculo vicioso que se inicia na adolescência, envolvendo a ausência dos pais, abandono escolar, participação em atos infracionais menores, consumo precoce de álcool e drogas, dívidas com compras de entorpecentes, vingança e conflitos. Essa exposição precoce à violência é agravada com a dependência de drogas e álcool na idade adulta. Além dos fatores sociais, violência estrutural, consumo de álcool e drogas, a violência contra mulheres aparece relacionada a histórico de agressão física e/ou sexual. Determinantes culturais exercendo função importante, observada a violência conjugal que tem o rosto de mulheres como local elegido por seus agressores. A violência doméstica avança num ambiente de rede de proteção deficiente e taxas elevadas de homicídios de grupos vulneráveis formados não somente por mulheres, em variadas cidades do país, sejam capitais ou do interior.” Soares Filho (2020)

Dessa forma, no Brasil, a população infanto-juvenil constitui um dos segmentos mais prejudicados pelos problemas socioeconômicos e culturais do país, isso é demonstrado pela alta taxa de mortes de adolescentes em situações de violência, e isso pode estar relacionada com a situação estrutural de falta de oportunidades, que muitas vezes oportunizam aos grupos criminosos o recrutamento dessas pessoas lhe oferecendo como recompensa possibilidades de consumo e vantagens sexuais dentro das comunidades locais.

Outra situação que colabora com as mortes de adolescentes é a violência policial, que em vez de proteger essas vidas, muitas vezes as assassinam justificando essas ações como auto de resistência e protegidos pelas excludentes de ilicitudes que em muitos casos são utilizadas para matar adolescentes da periferia, geralmente negros, e em situações de vulnerabilidade.

Nesse contexto, compreender as situações que motivam adolescentes para desvios de conduta, é um dos objetivos emergenciais para melhoria dos níveis de segurança no Brasil, e construir projetos de proteção e socialização dessas pessoas.

Conforme a legislação brasileira, quando ocorre um ato infracional, os adolescentes e os jovens entre 12 e 18 anos incompletos podem receber uma das medidas socioeducativas previstas no Art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), essas medidas visam recuperar a situação de vulnerabilidade que afligem esses adolescentes que, por diversos fatores, envolveram-se com atos infracionais (Barbosa & Souza, 2013).

Segundo (Reis & Bernardes, 2011) essas pessoas podem ser consideradas um assunto relevante de três áreas: a Educação, a Saúde e a Segurança Pública. Nesse cenário cabe a educação a função de proporcionar a essas pessoas noções comportamentais sobre sexualidade. Mas infelizmente algumas informações deixam de serem desenvolvidas no processo socioeducativo apesar de serem muito importantes como, por exemplo, a educação sexual que por questões repressivas, conservadoras e preconceituosas, acabam sendo colocadas em um segundo plano ou até mesmo ignoradas.

Nessa perspectiva a Educação física que é um dos componentes educacionais envolvidos no processo de reabilitação de adolescentes poderia desenvolver esses conteúdos, pois é a disciplina que mais desenvolve a corporeidade das pessoas, e talvez

seja o profissional nesse contexto que esteja mais próximo dessas pessoas e o qual ele pode ter uma maior intimidade para poder desenvolver a educação sexual.

Mas infelizmente a Educação Física tem se preocupado mais com competições esportivas, e muitas vezes se ausentado da formação das pessoas num contexto biológico, psicológico e social onde ocorre a educação sexual.

O fato é que alguns problemas tem ocorrido devido á omissão desses conteúdos no período de reintegração dessas pessoas.

Dentre esses problemas podem-se citar as doenças sexualmente transmissíveis que devido às relações sexuais muitas vezes sem proteção, pode ocasionar uma situação epidêmica.

Nesse cenário, doenças que estavam controladas começam a se alastrar novamente no Brasil, como por exemplo, a sífilis que atualmente esta epidêmica em diversas faixas etárias de idade, e a AIDS que também tem aumentado seus índices de infecção.

Outro problema recorrente com adolescentes são os abusos sexuais e estupros, ou seja, sexo sem consentimento e muitas vezes por meio de ameaça ou violência ou usos de entorpecentes.

Essas situações além de serem atos infracionais podem deixar os ambientes sócio educativos mais violentos, e também muitas vezes é realizado sem proteção de preservativos, o que pode aumentar a incidência de doenças sexualmente transmissíveis.

Outro problema recorrente em pessoas cumprindo medidas sócio educativas é a gravidez na adolescência, que devido a situações de vulnerabilidade social e falta de informação e de acesso a métodos contraceptivos, além de abuso de álcool e drogas

torna-se uma situação incidente dentre essa população o que gera ainda mais dificuldades no processo de reinserção social.

Mediante essa problemática essa dissertação objetivou desenvolver a orientação sexual para a população adolescente em conflito com a lei nas aulas de educação física, tendo como estratégia a utilização de jogos cooperativos que proporcionam uma ação grupal cooperativa numa determinada situação temática (Brotto & Arimateia, 2013).

Segundo (Brotto & Arimateia, 2013) os Jogos Cooperativos proporcionam conceitos atitudinais de união e liberdade e incentivam as pessoas a enfrentarem situações de risco, trazendo a percepção positiva de vencer os seus próprios limites potencializando a cooperação para o aperfeiçoamento social de todos.

Contudo é necessária a esses jogos a mediação de um professor como forma de direcionar aos objetivos propostos e arbitrar no sentido de evitar conflitos e pressões entre os participantes. Sendo que quando essa variável é controlada as atividades proporcionam uma unidade entre os participantes por meio de uma linha de raciocínio coletivo para que o grupo possa alcançar o objetivo e vencer, gerando uma sensação positiva que se propaga de maneira intensa entre o grupo.

Dessa forma, essa dissertação tem como hipótese, que este tipo de jogo possa vir a desencadear nos adolescentes com desvio de conduta social uma forma específica de diálogo, que propicia o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo focada na construção cooperativa e conjunta do conhecimento, sendo uma estratégia lúdica para estimular a participação, além de ser um método que ajuda o adolescente a memorizar e incorporar os conceitos que muitas vezes são abstratos e os jogos cooperativos tem o papel de fornecer atitudes praticas que lhes deem significados e com isso pretende-se aumentar o nível de conhecimento dos educandos sobre a educação sexual, sempre com

uma estratégia não repressora da sexualidade, pois quando ocorrem situações repressoras o canal de dialogo muitas vezes pode ser fechado ou desacreditado.

Nessa perspectiva essa dissertação buscou transmitir um discurso diferente ao da família, da escola, da religião, e das instituições envolvidas no processo de reabilitação, que muitas vezes trabalham o tema de maneira conservadora e repressiva, e esse modelo tem se mostrado ineficaz para a melhoria dos problemas relatados nessa introdução.

Nesse cenário, cabe a essa dissertação, ser um instrumento de ruptura nesse processo e não aderir a pressões externas que possam ocorrer.

Quando implementado esse trabalho pode trazer uma proposta para ser replicada por outros professores de Educação Física e de Educação sexual que desenvolvem trabalhos com essas pessoas, mas para isso precisa-se saber se esses educadores estão abertos para essa proposta, e é isso que essa dissertação pretende diagnosticar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as considerações finais dessa dissertação, utilizaram-se as questões da seção 3 do questionário:

Nessa etapa do questionário, os sujeitos respondem as seguintes questões:

Qual sugestão você daria para melhorar essa proposta de atividades?

Qual crítica você pode fazer sobre essa proposta de atividades

Essas questões foram respondidas e comentadas chegando as considerações finais do trabalho.

Quadro 31 – Respostas individuais sobre sugestões para melhoria da proposta de atividades dessa dissertação.

Respondente 1

Difícil sugerir algo, sem inseri-las em um contexto de mapeamento, diálogo, problematizações, etc. Sinto que precisaria aplica-las nesse contexto, para só depois, sugerir algo.

Respondente 2

Buscar conhecimento prévio e usá-los como norteadores das intervenções é proposições.

Respondente 3

ela deveria ser facultativa, pois em alguns casos a unidade não tem um clima muito legal, o que não propicia um ambiente favorável para isso, além da necessidade de pessoas aptas a aplicação de tais conteúdos.

Respondente 4

A equipe da saúde, enfermeiros, profissionais de Ed.Física, equipe psicossocial, enfim trabalhar todos juntos, em encontros semanais a critério de orientação para os educandos, visando esclarecer suas dúvidas e orientando-os sobre possíveis dúvidas, pode se utilizar dinâmicas de grupo, filmes temáticos.....

Respondente 5

Adequação dos jogos. Mas não fica clara a metodologia para uma melhor análise.

Respondente 6

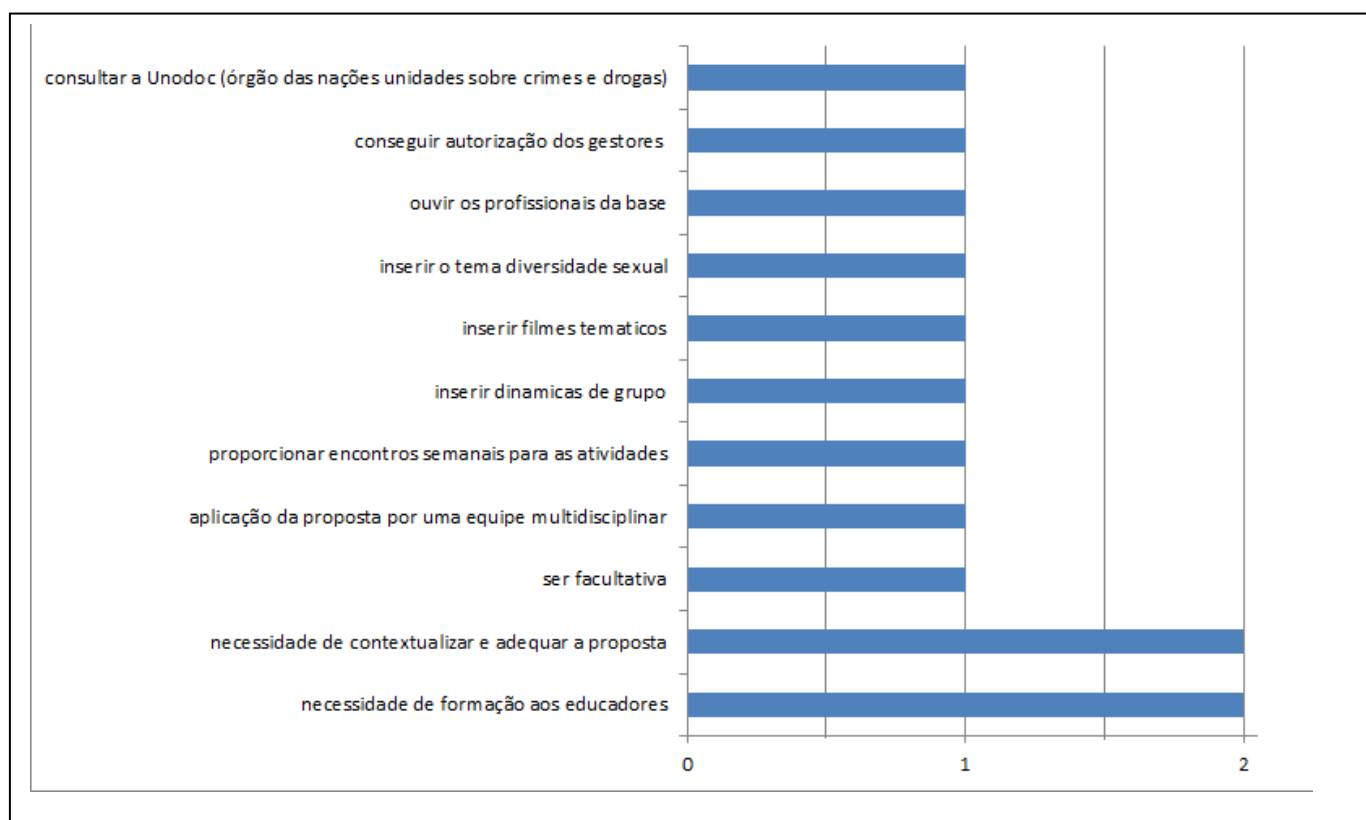
Trabalhar a adversidade sexual

Respondente 7

As propostas são boas, existem similaridade com documentos da Unodoc (órgão das nações unidas sobre crimes e drogas) que aborda educação física para adolescentes. A proposta está em conseguir aval para aplicação do gestor maior (secretario/governador) e depois com fundação /centros e não deixar de ouvir os profissionais da base.

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Quadro 32 – Gráfico sobre a ocorrência das respostas de sugestões para melhoria da proposta de atividades dessa dissertação.



Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Obs: alguns sujeitos deram mais de uma resposta para a questão.

Nesse tópico o respondente 7 cita uma similaridade ao documento da Unodoc que ao pesquisar encontramos a sigla UNODC – que traduzido significa Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

Segundo o site oficial <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/sobre-unodc/index.html>

“O UNODC, com sede em Viena, na Áustria, está presente em todas as regiões do mundo por meio de seus programas globais, conta com 2.500 funcionários e uma rede de escritórios de campo em 80 países.

O UNODC está presente no Brasil desde 1991 onde possui um Escritório de Ligação e Parceria, em Brasília, DF, e funcionários em todas as 27 Unidades da Federação.”

Sempre apoiado em evidências científicas, o UNODC trabalha diretamente com governos, ministérios, forças de segurança, sistemas de justiça, de saúde e penitenciário nas esferas federal, estadual e municipal e conta com uma equipe técnica e operacional de cerca de 50 profissionais no Brasil, especializados nas áreas programáticas do Escritório.

Segundo (Silva,2019) Essa instituição em conjunto com 11 organizações internacionais (ACNUR, UNICEF, PMA, PNUD, UNFPA, ONU Mulheres, OIT, UNESCO, OMS e Banco Mundial), lançou em 2018 o UNAIDS que é um programa das Nações Unidas sobre HIV/AIDS e tem como objetivo liderar e inspirar o mundo para alcançar zero infecção por HIV, zero discriminação e zero morte relacionada à AIDS até 2030. (UNAIDS, 2018).

Ainda segundo site oficial <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/hiv-aids/index.html>

“O foco do trabalho do UNODC na área de HIV e aids é auxiliar os Estados-membros a realizar ações de prevenção abrangentes e em grande escala e na busca pela oferta universal de acesso à assistência e ao tratamento para as pessoas vivendo com HIV/aids. Ao incorporar essa temática em suas atividades nacionais, regionais e globais, o UNODC apoia os esforços dos governos e das organizações da sociedade civil no desenvolvimento e na implementação de programas de prevenção e atenção específicos para usuários de drogas e para as populações vivendo em prisões e outras instituições privativas de liberdade, inclusive as destinadas a adolescentes em conflito com a lei.”

Nessa perspectiva de prevenção a AIDS o UNODC formula diversas publicações sobre o tema.

Essas publicações estão disponíveis no site: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/hiv-aids/publicacoes.html> dentre elas pode-se destacar, o “Guia Técnico. Prevenção, tratamento, apoio e cuidados com o HIV para pessoas que usam drogas” que possui uma versão em português por meio do link https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_drugs/Publicacoes/GuiaTecnico_HIV_PessoasQueUsamDrogas.pdf e também uma “Ficha de informação. HIV nas prisões” que não possui uma versão em português mas a versão em inglês esta disponível no link <https://www.unodc.org/documents/hiv-aids/2017/Factsheet - HIV in Prisons.pdf>

Creio que essas publicações possam auxiliar no aperfeiçoamento da proposta, mas como o respondente 7 não deixou claro qual publicação é parecida com essa proposta, se faz necessário uma situação de estudo mais detalhado dos documentos dessa instituição, visto que desde 1977 ela desenvolve material escrito sobre o tema drogas, crimes, trafico de pessoas, prostituição dentre outros que podem auxiliar na formação do profissional de educação sexual e principalmente que pretende trabalhar ou já atua com adolescentes em conflito com a lei.

Outra sugestão apontada pelos respondentes foi a de realizar formação para os educadores aplicarem a proposta nas instituições.

Essa pesquisa tem como objetivo posterior, resultar numa cartilha, que poderá nortear capacitações com os educadores que trabalham com esses adolescentes, que poderão replicar as atividades e também criar estratégias como inserção de filmes

temáticos e dinâmicas de grupo, podendo ter a periodicidade que mais se adapte ao contexto da instituição (semanal, quinzenal, mensal dentre outras), mas sempre com o cuidado ético de obter as devidas autorizações dos gestores e coordenadores pedagógicos que podem ampliar essa ação para os demais profissionais da instituição numa perspectiva multidisciplinar.

Creio que dessa forma todas as sugestões demonstradas no gráfico acima podem ser contempladas futuramente na aplicação desse programa de atividades.

Quadro 33 – Respostas individuais sobre críticas da proposta de atividades dessa dissertação.

Respondente 1

Nenhuma

Respondente 2

Partir de uma realidade conhecida é um caminho interessante para a afetividade da ação. Além disso, contextualizar o porquê e para que desse conteúdo me parece interessante também.

Respondente 3

não tenho nenhuma critica.

Respondente 4

Primeiro é preciso planejar e depois por em prática, conscientizar e envolver as equipes para que o projeto seja eficaz.

Respondente 5

Dificilmente sem estabelecer a relação de confiança com os adolescentes conseguirá desenvolver essas atividades propostas. Alguns jogos estão equivocados na essência dos jogos cooperativos, quando, por exemplo, "pune" quem "erra". Varias ajustes nesses aspectos, na contextualização de cada jogo e forma de utilização.

Respondente 6

Nenhuma, acho muito criativa, pois já trabalho aplicando roda de conversa sobre sexualidade e IST no centro no qual trabalho ..

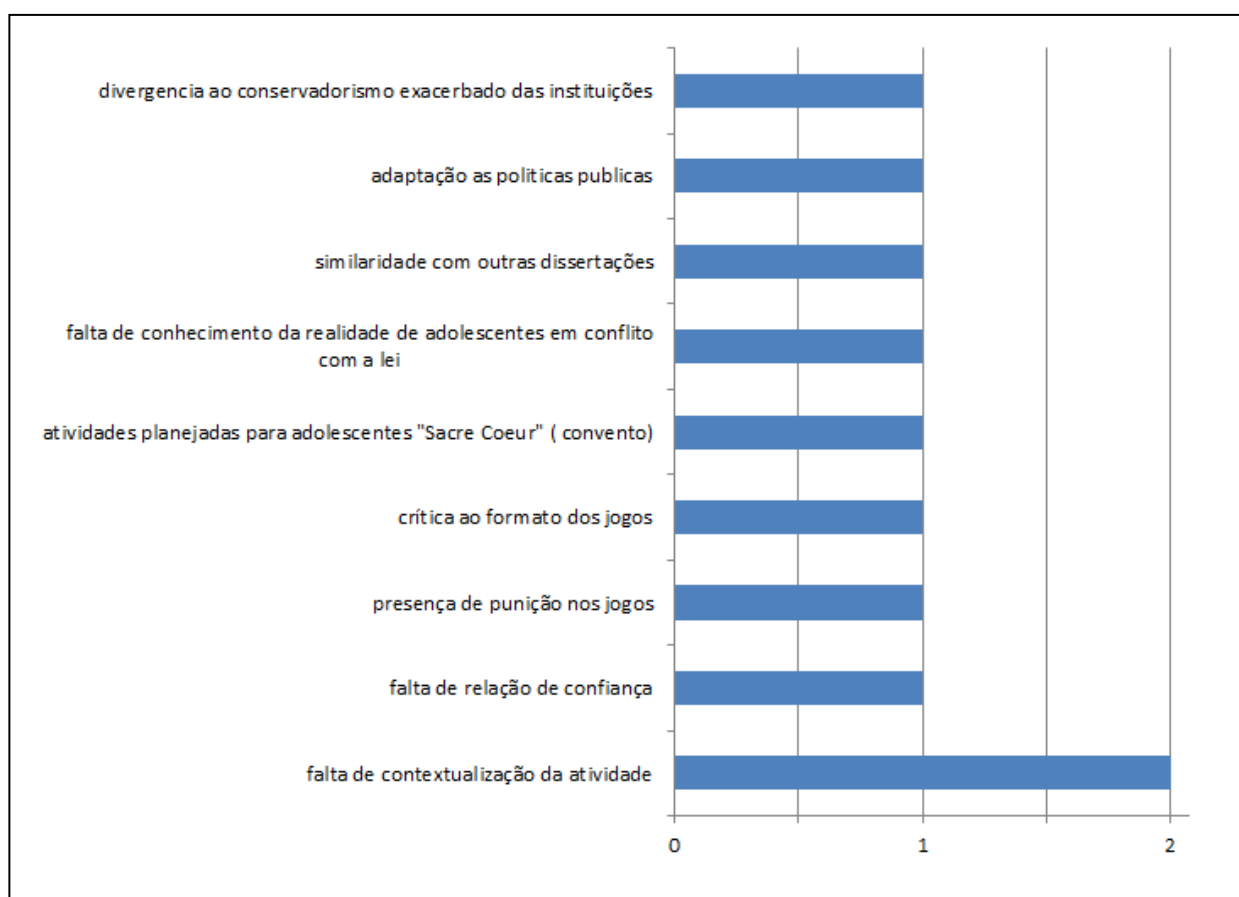
Respondente 7

Apesar da riqueza de detalhes nas propostas, foram desenhadas para adolescentes do "Sacre Coeur". Não que eu ache adolescentes diferentes, muito pelo contrário, mas

como disse temos q romper a força do hábito existente e seu rompimento requer estudo. Já existem dissertações falando a respeito, terei o maior prazer em fornecê-las. Citando um pequeno exemplo, na maioria dos Centros os adolescentes não se dão as mãos, isso na sociedade passa despercebido, mas é uma realidade nas instituições. Esse conhecimento ou desconhecimento pode naufragar a melhor das iniciativas. Mas não desanime, pois para tudo tem jeito e depois de inseridos adolescentes são os mesmos quer no Sacre Coeur ou na Fundação Casa. Espero ter colaborado e parabéns pela iniciativa. O êxito está mais na compreensão da gestão e nas políticas públicas. Ah! Em tempo: A justiça a anos atrás (desculpe o pleonasma) considerava levar camisinha e falar como usá-la dentro dos Centros, como favorecimento a promiscuidade. Acredito que já tenham superado esse conservadorismo exacerbado

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta google forms (2021).

Quadro 34 – Gráfico sobre a ocorrência das críticas da proposta de atividades dessa dissertação.



Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta Excel (2021).

Obs: alguns sujeitos deram mais de uma resposta para a questão.

O respondente 7 afirma que a proposta de jogos cooperativos dessa dissertação não foi idealizada para adolescentes em conflito com a lei, e sim para adolescentes

confinados em um convento que ele chama de “Sacre Cour”, e ele afirma que os adolescentes em conflito com a lei nos quais ele trabalha nem dão as mãos uns para os outros então nesse contexto imagine atividades que envolvam corporeidade.

Para essa crítica respondo que apesar dessa proposta não ter sido aplicada na pratica devido a pandemia de Covid 19, a maioria das atividades do programa foram adaptadas de (Alves & Araújo, 2012) que desenvolveram essas atividades com usuários de Crack em tratamento, que devem possuir situações limitantes ainda mais severas que os adolescentes em conflito com a lei.

E também apesar de os adolescentes segundo o relato do respondente 7 não darem as mãos entre si, eles realizam atividades esportivas e corporais que envolvem contato corporal, e as atividades previstas nessa proposta são atividades lúdicas, e não afetivas como dar as mãos, e outras formas de afeto, apesar de os conceitos trabalharem essas situações.

Com relação a crítica de existir trabalhos similares a essa proposta , esse trabalho fez uma revisão teórica considerável sobre esse assunto, com referencias atuais e relevantes e não foram encontrados outros trabalhos com a mesma estratégia o que revela um ineditismo dessa proposta. No entanto a pesquisadora está atenta a novas publicações e esta aberta para outras contribuições não contempladas nesse trabalho.

Com relação a falta de conhecimento da realidade dos adolescentes em conflito com a lei a ideia dessa proposta é ser aplicada na pratica num segundo momento de pesquisa, e poder adaptar realmente a realidade dessas pessoas.

Nesse primeiro momento dessa dissertação o objetivo foi o de investigar a viabilidade e aplicabilidade dessa proposta, e obter as contribuições das pessoas que conhecem de perto a realidade desses educandos.

Com relação a crítica que diz que essa proposta traz situações de punição e que essas situações são incoerentes com a proposta dos jogos cooperativos, reiteramos que todo o cuidado foi realizado para não expor os adolescentes em situações de punição, nem de exclusão e nem vexatórias, pois a essência dos jogos cooperativos é a ludicidade, e todas as atividades propostas creio que possuam esse espírito, em nenhum momento algum adolescente foi excluído ou punido, e as atividades tem o objetivo de proporcionar um incremento no nível de conhecimento nos temas abordados e promover um dialogo e reflexão sobre os comportamentos envolvidos nessas relações humanas. Mas se o participante entendeu que houve situações pejorativas ou de punição essas atividades podem ser repensadas no sentido de acabar com essas possibilidades.

Conforme (Alves & Araújo, 2012) os jogos cooperativos, são atividades que requerem um trabalho em equipe para alcançarem metas mutuamente aceitáveis. Buscam aproveitar as capacidades, condições, qualidades ou habilidades de cada indivíduo para alcançar um objetivo em comum. Esses jogos propõem a busca de novas formas de jogar com o intuito de tentar contribuir para a diminuição de manifestações de agressividade, promovendo atitudes de sensibilidade, cooperação, comunicação, alegria e solidariedade. Assim, os jogos cooperativos podem ser uma ferramenta importante para mudança de comportamento.

Pelas características dos jogos cooperativos, pode-se perceber que eles têm uma função terapêutica: estimulam a descontração, promovem o respeito e a valorização pelo diferente, ensinam muito mais do que as regras do jogo, além de ser uma atividade motivadora.

Esse tipo de prática também apresenta outras características relevantes, como: oferecer liberdade para criar e a liberdade para eleger, sendo, um dos grandes incentivos, o estímulo à iniciativa e o respeito às ideias dos participantes do grupo.

Os jogos cooperativos intensificam o estabelecimento de vínculo afetivo entre os participantes, sejam eles amigos, colegas ou familiares, e faz com que o indivíduo participante desenvolva uma opinião positiva de si mesmo e reconheça a importância do outro. Essa prática oferece ao jogador a ocasião de apreciar-se, valorizar-se, sentir-se respeitado em sua totalidade, aumentando assim sua autoestima, o que é meta importante no trabalho com dependentes químicos para evitar as recaídas.

Com relação à adaptação das políticas públicas que envolvem as pessoas em conflito com a lei e o exemplo do respondente 7 que diz que ensinar a utilização da camisinha nessas instituições até pouco tempo atrás era tido como apologia a promiscuidade. O que podemos afirmar é que a educação sexual, por si só incomoda o conservadorismo e as instituições que (Cobra, 2003) intitula como sendo tripé de anulação, ou seja, religião, escola e família ter a necessidade de equalizarem os seus discursos numa perspectiva de anulação e repressão sexual dos indivíduos. Dessa forma essa proposta não tem o objetivo de acomodar os discursos, mas sim promover um processo de ruptura desse conservadorismo exacerbado que foi apontado pelo respondente 7. No entanto se faz necessário a autorização dos gestores da instituição para trabalhar essa proposta, e creio que esse processo de convencimento pode ocorrer devido a emergência dos problemas levantados nessa dissertação e que podem ser amenizados com essa proposta. Assim como ocorre em qualquer outra iniciativa de educação sexual da população que sempre ocorre resistências sociais.

Dessa forma creio que essa proposta pode assimilar essas críticas e sugestões e procurar melhorá-las para futuramente ser implementadas na prática dentro de uma contextualização do público, e estabelecendo relações de confiança com essa população que creio pode ser potencializada por meio da situação positiva que pode gerar de auxílio,

ajuda e recuperação dessas pessoas, sem repressão e acreditando nas possibilidades e minimizando as dificuldades, que é o verdadeiro papel do educador.

REFERÊNCIAS

Abramovay, M., Castro, M. G., & SILVA, L. B. D. (2004). Juventudes e sexualidade. *Brasília: Edições UNESCO Brasil*.

Altmann, H. (2001). Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 575-585.

Altmann, H. (2003). Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. *Cadernos pagu*, (21), 281-315.

Altmann, H. (2006). Sobre A Educação Sexual Como Um Problema Escolar About The Teenager's Sexuality As A Scholar Problem. *Revista Linhas*, 7(1).

Alves, G. S. L., & Araujo, R. B. (2012). A utilização dos jogos cooperativos no tratamento de dependentes de crack internados em uma unidade de desintoxicação. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, 18(2), 77-80.

Amaral, C. M., Silva, C. E. U. & Zippin Filho, D. (2015) Educação sexual no sistema penitenciário. III conferencia online de educação sexual.

Amaral, J. D. D. (2004). Jogos cooperativos. *São Paulo: Phorte*, 2007.

Amaral, A. M. S., Santos, D., Paes, H. C. D. S., Dantas, I. D. S., & Santos, D. S. S. (2016). Adolescência, Gênero e Sexualidade: Uma Revisão Integrativa.

Andrews, D. A., Bonta, J., & Wormith, J. S. (2006). The recent past and near future of risk and/or need assessment. *Crime & delinquency*, 52(1), 7-27.

Assis, S. G. D., & Constantino, P. (2005). Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. *Ciência & saúde coletiva*, 10, 81-90.

Baliulevicius, N. L. P., & Macário, N. M. (2006). Jogos cooperativos e valores humanos: perspectiva de transformação pelo lúdico. *Fitness & performance journal*, (1), 50-56.

Barbosa, D. R., & Souza, T. S. D. (2013). Direito da criança e do adolescente: proteção, punição e garantismo: com análise da Lei que regulamenta o SINASE.

Bourdieu, P. (2013). O senso pratico. Armando Editore.

Braga, I. F., Oliveira, W. A. D., Silva, J. L. D., Mello, F. C. M. D., & Silva, M. A. I. (2018). Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71, 1220-1227.

Branco, B. D. M., Wagner, A., & Demarchi, K. A. (2008). Adolescentes infratores: Rede social e funcionamento familiar.

Brandão, E. R., & Lopes, R. F. F. (2018). “Não é competência do professor ser sexólogo” O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 18(1), 100-123.

BRASIL, L. (1990). 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL, L. N. (1990). 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012. *Sistema*.

BRASIL, M. S. (2018). Proteger e Cuidar da Saúde de adolescentes na atenção básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica_2ed.pdf

BRASIL, M. S. (2018). Proteger e Cuidar da Saúde de adolescentes na atenção básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica_2ed.pdf

BRASIL. (2019) Lei n° 13.798, de 3 de janeiro de 2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13798.htm

BRASIL. (1990) Lei n° 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL. (1996) Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. MEC (2005) CNE/CP n° 1/2005.

BRASIL. M. C. (2019). Gravidez na adolescência: impacto na vida das famílias e as adolescentes e jovens mulheres. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/informe/Informativo%20Gravidez%20adolesc%C3%Aancia%20final.pdf

BRASIL. M. E. (2009). Programa Saúde nas Escolas. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>

BRASIL. M. S. (2007). Marco Legal: saúde, um direito de adolescentes. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf

BRASIL. M. S. (2014). Implantação das Redes de Atenção à Saúde e outras estratégias do SAS. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/implantacao_redes_atencao_saude_sas.pdf

BRASIL, (1988) Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

BRASIL (1993). Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993.

BRASIL (1998) Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998.

BRASIL. M. S. Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (PSE). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/projeto-saude-e-prevencao-nas-escolas-spe>

Brennan, M. A. (2008). Conceptualizing resiliency: An interactional perspective for community and youth development. *Child Care in Practice*, 14(1), 55-64.

Brito, R. C., & Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. *O mundo social da criança: natureza e cultura em ação*, 115-129.

Brotto, F. O. (1997). *Jogos cooperativos: " se o importante é competir, o fundamental é cooperar"*. Ed. Re-Novada/Projeto Cooperação.

Brotto, F. O. (1999). Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência.

Brotto, F. O. (2001). Jogos cooperativos. *São Paulo: Melhoramentos*.

Brotto, F. O., & ARIMATÉA, D. (2013). Pedagogia da cooperação. *Brasília: Fundação Vale UNESCO*.

Brown, G. (1994). Jogos cooperativos: teoria e prática. *São Leopoldo: Sinodal*, 105.

Camargo, A. M. F., Ribeiro, C. M., & Araújo, U. F. (1999). *Sexualidade (s) e infância (s): a sexualidade como um tema transversal*. Editora da UNICAMP.

Cobra, N. (2003). *A semente da vitória*. Senac.

Correia, M. M. (2006). Jogos cooperativos: perspectivas, possibilidades e desafios na educação física escolar. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 27(2).

Correia, M. M. (2006). *Trabalhando com jogos cooperativos*. Papirus Editora.

Correia, M. M. (2007). Jogos Cooperativos e Educação Física escolar: possibilidades e desafios. *Lecturas, Educación Física y Deportes*, 12(107).

Costa, A. (2017). Olhares sobre gênero e sexualidade na adolescência. In: Saúde e sexualidade de adolescentes. Brasília: OPAS/MS. P. 41-44. Disponível em <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/PDF/2017/maio/05/LIVRO-SAUDE-ADOLESCENTES.PDF>

Costa, C. R. B. S. F. D., & Assis, S. G. D. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & sociedade*, 18(3), 74-81.

Costa, C. R. B. S. F. D., & Assis, S. G. D. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & sociedade*, 18(3), 74-81.

Cuevas, C. A., Finkelhor, D., Turner, H. A., & Ormrod, R. K. (2007). Juvenile delinquency and victimization: A theoretical typology. *Journal of interpersonal violence*, 22(12), 1581-1602.

De Antoni, C., & Batista, F. A. (2014). Violência familiar: Análise de fatores de risco e proteção. *Diaphora*, 3(2), 26-35.

De Moraes Ferreira, J. A. M. (2015). *Usos e abusos da história oral*. Editora FGV.

Degenhardt, L., Chiu, W. T., Sampson, N., Kessler, R. C., & Anthony, J. C. (2007). Epidemiological patterns of extra-medical drug use in the United States: evidence from the National Comorbidity Survey Replication, 2001–2003. *Drug and alcohol dependence*, 90(2-3), 210-223.

Dishion, T. J., Kavanagh, K., Schneiger, A., Nelson, S., & Kaufman, N. K. (2002). Preventing early adolescent substance use: A family-centered strategy for the public middle school. *Prevention Science*, 3(3), 191-201.

Dos Santos, F. M. (2012). Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin.

Dos Santos, T., & Barbosa De Souza, M. J. (2013). Materialismo entre crianças e adolescentes: o comportamento do consumidor infantil de Santa Catarina. *Revista Gestão Organizacional (RGO)*, 6(1).

Dukes, R. L., Stein, J. A., & Zane, J. I. (2010). Gender differences in the relative impact of physical and relational bullying on adolescent injury and weapon carrying. *Journal of School Psychology*, 48(6), 511-532.

Fávero, E. T., Vitale, M. A. F., & Baptista, M. V. (2008). Famílias de crianças e adolescentes abrigados. *São Paulo: Paulus*.

Federal, G. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. *Lei federal, 8*.

Feijó, M. C., & Assis, S. G. D. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(1), 157-166.

Fischer, R., & Bueno, M. (2001). Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 586-599.

Fontes, L. F. C., Conceição, O. C., & Machado, S. (2017). Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22, 2919-2928.

Freire, J. B. (1991). *Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física*. São Paulo: Scipione.

Gallo, A. E., & Williams, L. C. D. A. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de pesquisa*, 38(133), 41-59.

Glat, R. (1989). *Somos iguais a vocês: Depoimentos de mulheres com deficiência mental*. Rio de Janeiro: Editora Agir.

Glat, R. (2004). *Saúde Sexual, Deficiência & Juventude em Risco*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de educação, Núcleo de educação inclusiva. Rio de Janeiro: Banco Mundial Brasil.

Goffman, E. (1988). Estigma e identidade social. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, 11-50.

Gomes, C. C., & de Almeida, R. M. M. (2010). Psicopatia em homens e mulheres. *Arquivos brasileiros de Psicologia*, 62(1), 13-21.

Gomide, P. I. C. (2006). Inventário de Estilo Parental: fundamentação teórica, manual de aplicação e interpretação. *Petrópolis: Editora Vozes*, 1, 96.

Gonçalves, N. K. R., & Fischer, J. (2007). Cidadania E Jogos Cooperativos: vivenciando práticas de cooperação em uma sala do ensino fundamental. *UNAR, Araras (SP)*, 1(1), 55-66.

Grosso, L. A. (2013). Um esboço sobre a gênese do campo das práticas socioeducativas no Brasil: aplicação da noção de campo social de Bourdieu. *Série- Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, (35).

Komatsu, A. V., & Bazon, M. R. (2015). Caracterização de adolescentes do sexo masculino em relação a comportamentos antissociais. *RLCSNJ*, 13(2).

Komatsu, A. V., & Bazon, M. R. (2018). Fatores De Risco E De Proteção Para Emitir Delitos Violentos: Revisão Sistemática Da Literatura. *Perspectivas em Psicologia*, 22(1).

Koolhof, R., Loeber, R., Wei, E. H., Pardini, D., & D'Escury, A. C. (2007). Inhibition deficits of serious delinquent boys of low intelligence. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 17(5), 274-292.

Kreppner, K. (2003). Social relations and affective development in the first two years in family contexts. *Handbook of developmental psychology*, 194-214.

Leão, A. M. D. C. (2009). Estudo analítico-descritivo do curso de pedagogia da Unesp-Araraquara quanto a inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos.

Lima, S. A. (2017) Da utilização do nome social do menor transgênero na escola como manifestação de um sistema educacional inclusivo.

Lobato, A. L. (2017). Saúde e sexualidade de adolescentes. Construindo equidade no SUS.

Lopes, G. D. S. M., Lewgoy, A. M. B., & Marques, M. F. (2020). Violência intrafamiliar na Infância e Adolescência. *Serviço Social e Saúde*, 19, e020003-e020003.

Martins, T. C., Tôrres, T. G. D. L. C., dos Santos, A. C., Feitosa, B. F., da Cunha Stoco, V., & Marques, C. P. C. (2020). Perfil epidemiológico da AIDS em crianças e adolescentes da região Nordeste do Brasil no período de 1985 a 2016. *Brazilian Journal of Health Review*, 3(5), 15569-15582.

Mendes, L. C., Paiano, R., & Filgueiras, I. P. (2009). Jogos cooperativos: eu aprendo, tu aprendes e nós cooperamos. *Revista Mackenzie de Educação física e esporte*, 8(2).

Moffitt, T. E. (2018). Male antisocial behaviour in adolescence and beyond. *Nature Human Behaviour*, 2(3), 177-186.

Murcia, J. A. M. (2005). Aprendizagem através do jogo. Artmed Editora.

NAÇÕES UNIDAS.UNODC (2019) Guia Técnico. Prevenção, tratamento, apoio e cuidados com o HIV para pessoas que usam drogas. Disponível em https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_drugs/Publicacoes/GuiaTecnico_HIV_PessoasQueUsamDrogas.pdf

NAÇÕES UNIDAS.UNODC (2017) Ficha de informação. HIV nas prisões. Disponível em https://www.unodc.org/documents/hiv-aids/2017/Factsheet_-_HIV_in_Prisons.pdf

Netto, R., & de Mattos, J. (2006). O direito à educação dos presos no Brasil: perspectivas do direito ao acesso à educação no sistema prisional e a atual normatização processual e de execução penal.

OPAS. (2018). América Latina e Caribe têm a segunda taxa mais alta de gravidez na adolescência no mundo. Disponível em https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5604:america-latina-e-caribe-tem-a-segunda-taxa-mais-alta-de-gravidez-na-adolescencia-no-mundo&Itemid=820

Orlick, T. (1989). *Vencendo a competição*. São Paulo: *Círculo do Livro*, 1.

Padilha, M. D. G. S., & Gomide, P. I. C. (2004). Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(1), 53-61.

Paiva, F. S. D., & Ronzani, T. M. (2009). Estilos parentais e consumo de drogas entre adolescentes: revisão sistemática. *Psicologia em estudo*, 14(1), 177-183.

Paiva, V. (2000). *Fazendo arte com a camisinha: sexualidades jovens em tempos de AIDS*. Summus Editorial.

Paludo, S. D. S., & Koller, S. H. (2005). Resiliência na rua: um estudo de caso. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 187-195.

Pereira, S. E. F. N., & SUDBRACK, M. (2005). "olhar" do jovem em conflito com a lei sobre a relação entre o ato infracional e a drogadição na adolescência. *Simpósio Internacional do Adolescente*, 2.

Piccioni, J. D. S. (2019). O sistema socioeducativo e a profissionalização de jovens em conflito com a lei.

Priuli, R. M. A., & Moraes, M. S. D. (2007). Adolescents in conflict with the law. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1185-1192.

Prust, L. W., & Gomide, P. I. C. (2007). Relação entre comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes. *Estudos de psicologia (Campinas)*, 24(1), 53-60.

Reina, F. T., Ribeiro, P. R. M., Muzzeti, L. R., & Romanatto, M. J. (2013). A gênese do habitus e a construção da hexis corporal de bailarinos e jogadoras de futebol e suas implicações nos diferentes campos de atuação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 8(4), 786-795.

Reis, C. B., & Bernardes, E. B. (2011). O que acontece atrás das grades: estratégias de prevenção desenvolvidas nas delegacias civis contra HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(7), 3331-3338.

Reis, C.B. & Bernardes, E.B. (2011). O que acontece atrás das grades: estratégias de prevenção desenvolvidas nas delegacias civis contra HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(7), 3331-3338.

Ribeiro, M. (1990). Educação sexual. *Além da informação*. São Paulo: EPU, 62.

Ribeiro, P. R. M. (2009). A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. *Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns*. Londrina: UEL, 129-140.

Ribeiro, N. F. C. L. (2020) O prazer sexual da mulher contemporânea: busca de novos repertórios ou aceitação de padrões antigos. *Estudos em Sexualidade Volume 2*, 370.

Carneiro, R. M. M., Siu, C., Santos Junior, J. D. D., Oliveira, M. R. D., & Costa, M. D. C. O. (1996). A adolescente grávida e os serviços de saúde no município. In *A Adolescente grávida e os serviços de saúde no município*. Brasil. Ministério da Saúde.

Rossetti-Ferreira, M. C., Ramon, F., & Silva, A. P. S. (2002). Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. *Cadernos de Pesquisa*, (115), 65-100.

Saltini, C. J. P., & Cavenaghi, D. B. (2014). Relação entre a Afetividade e a Inteligência no Desenvolvimento Mental da Criança. *Rio de Janeiro: Wak Editora*.

Sayão, Y. (1997). Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*.

Schwalbe, C. S. (2008). A meta-analysis of juvenile justice risk assessment instruments: Predictive validity by gender. *Criminal Justice and Behavior*, 35(11), 1367-1381.

Schwartz, G. M., Bruna, H. C., & Luba, G. M. (2002). Jogos Cooperativos no processo de interação social: visão de professores. *Universidade Estadual Paulista.(Org.). Núcleos de Ensino*.

Severino, A. J. (2017). *Metodologia do trabalho científico*. Cortez editora.

Silva, J. B. S. (2004) Encontros e desencontros na trajetória percorrida pelos adolescentes a partir da gravidez.

Silva, E. (2019) Supervisor escolar e professores que ensinam ciências: um estudo bibliográfico e documental como subsídio a uma formação crítica em educação sexual. Programa de Pós-Graduação em Educação,.

Siqueira, A. C., Betts, M. K., & Dell-Aglio, D. D. (2006). A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. *Interamerican Journal of Psychology*, 40(2), 149-158.

Soares Filho, A. M., Duarte, E. C., & Merchan-Hamann, E. (2020). Tendência e distribuição da taxa de mortalidade por homicídios segundo porte populacional dos municípios do Brasil, 2000 e 2015. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25, 1147-1156.

Soler, R. (2003). *Jogos cooperativos*. Sprint.

Soler, R. (2008). *Brincando e aprendendo com os jogos cooperativos*. Rio de Janeiro-2ª edição: Sprint.

Souza, D. P., & Silveira Filho, D. X. D. (2007). Uso recente de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes adolescentes trabalhadores e não trabalhadores. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 10, 276-287.

Tomé, D. C. (2009) O conceito de habitus como processo de incorporação da dominação masculina: olhares sobre a história da educação feminina.

Trindade, E., & Bruns, M. A. D. T. (2003). *Sexualidade de jovens em tempos de AIDS*. Atomo.

Waideman, M. C. (2003). *Adolescência, sexualidade e aids: na família e na escola*. Arte & Ciência.

Willis, L. A., Coombs, D. W., Cockerham, W. C., & Frison, S. L. (2002). Ready to die: A postmodern interpretation of the increase of African-American adolescent male suicide. *Social Science & Medicine*, 55(6), 907-920.

Young, R. M., Hasking, P. A., Oei, T. P., & Loveday, W. (2007). Validation of the drinking refusal self-efficacy questionnaire—revised in an adolescent sample (DRSEQ-RA). *Addictive behaviors*, 32(4), 862-868.